

Sessão da Oposição Democrática em Setúbal (1969)

No ano de 1969 ocorrem as primeiras eleições para a Assembleia Nacional do consulado marcelista. A ascensão de Marcello Caetano à chefia do governo depois do afastamento de Oliveira Salazar, determinado pela sua incapacidade física e intelectual, é vista por vários setores da população portuguesa como um sinal de mudança política.

A retórica reformista do novo inquilino de São Bento e algumas medidas por si tomadas, que introduzem mudanças na legislação laboral e a disponibilidade de revisão da lei de imprensa acalentam, também junto da oposição democrática, a esperança de uma transição política para um regime democrático.

A marcação das eleições suscita um grande debate junto dos diversos setores da oposição. Tanto sobre a ida ou não às urnas como sobre a unidade da oposição na participação no ato eleitoral. Chega a ser criada uma estrutura designada Plataforma de Ação Comum da Oposição Democrática. Serão aceites como pontos consensuais a reivindicação da liberdade, amnistia para os presos e exilados políticos, abertura de um debate sobre a autonomia das colónias portuguesas e várias propostas socioeconómicas de cariz socializante. A disputa da hegemonia deste movimento oposicionista ditará a incapacidade de apresentar listas conjuntas.

No dia 26 de outubro de 1969 apresentar-se à votação a lista da União Nacional e três listas a representar as oposições: Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), liderada pelos socialistas; Comissão Democrática Eleitoral (CDE), liderada pelo PCP e Comissão Eleitoral Monárquica (CEM), liderada por Henrique Barrilaro Ruas (esta apenas pelo Círculo Eleitoral de Lisboa).

A União Nacional elegeu a totalidade dos 130 deputados, com 980 mil votos. As listas oposicionistas obtiveram 133 mil, não logrando eleger nenhum deputado para a Assembleia Nacional.

A CDE obteve o maior número de votos das forças oposicionistas, 114 745

Os candidatos da Oposição de Setúbal e Ponta Delgada serão reembolsados das despesas das listas

Segundo estabelece o artigo 26, da lei eleitoral, após as alterações que lhe foram introduzidas, em Setembro último, «os candidatos que obtiverem, pelo menos, vinte por cento dos sufrágios expressos, terão direito, após o apuramento geral, a obter do Estado o reembolso das despesas feitas com a impressão das listas, em quantidade não superior ao número dos eleitores reconhecidos no círculo».

Eleições: Candidatos de Setúbal reembolsados, *O Setubalense*, 18/10/1969

A Oposição Democrática realizou em Setúbal uma sessão de propaganda

Na passada quarta-feira, a C.D.E. de Setúbal levou a efeito, no Casino Setubalense, uma sessão de propaganda eleitoral.

Presidiu o sr. eng.º Henrique Cabeçadas que era ladeado pelos srs. dr. Costa Júlio, dr. Evaristo Gago, dr. Paulino Gomes, dr. Mário Moura, José Matos Cunha, Cândido Cunha e Manuel Cabanas.

Como representante da autoridade esteve presente o sr. comandante distrital da P. S. P., capitão Arnaldo Diego.

Foram oradores os candidatos a deputados, srs. Alvaro Monteiro, Joaquim Palmeiro, dr. José António Tavares da Cruz e dr. José Malheiro da Silva e ainda os srs. Fernando Manuel Carlos, Daniel N. M. Conceição, Artílio Baptista e Manuel Cabanas.

Abriu a sessão o sr. eng.º Cabeçadas que saudou os democratas do conselho de Setúbal, afirmou ser a lista da oposição a única que oferece garantias de espírito independente e fez um apelo, pedindo a união de todos os democratas.

Os oradores expuseram os seus pontos de vista, mantendo-se fieis às afirmações feitas no manifesto que a Imprensa Diária publicou. Analisaram a vida política nacional, ocuparam-se da situação da administração pública, do problema ultramarino, acabando sempre por afirmar a necessidade de um regresso às instituições de-

moocráticas que permitam ao povo expressar a sua vontade e as suas aspirações. Atacaram frontalmente a censura da imprensa, a existência da polícia política, etc.

Em dado momento foi lido um telegrama a expedir ao sr. Presidente do Conselho, pedindo a libertação dos presos políticos.

Pediu-se um minuto de silêncio pelos democratas caídos na defesa dos seus ideais.

Falando do ensino, apontaram as deficiências da nossa vida escolar.

Quanto ao Ultramar inverteram a tese do Governo, afirmando: a política da U. N. é que leva forçosamente à perda dos nossos territórios ultramarinos e das nossas posições económica e cultural nas terras de além-mar. E em defesa da sua asserção, referiram-se ao que se passou quando De Gaulle deu a independência às colónias francesas, comparando-o com os resultados da invasão do nosso Estado da Índia. Além de que — afirmou-se — a Oposição não apresenta, de momento, qualquer solução para o problema, pois necessitam-se de um debate, a nível nacional, debate em que todas as possíveis soluções têm de ser encaradas, incluindo a da U. N.

No princípio e no fim da sessão, a assistência que por completo enchia o Casino Setubalense, cantou, em coro, o Hino Nacional.

Eleições: Comício eleitoral da CDE realizado em 15 de outubro de 1969 no Casino Setubalense, *O Setubalense*, 18/10/1969

(10,9%), a CEUD alcançou 16 863 votos (1,51%) e, por fim, a Comissão Eleitoral Monárquica obteve 1324 votos (0,12%).

No Círculo eleitoral de Setúbal apresentar-se-ão ao escrutínio apenas as listas da UN e da CDE. O partido do regime obteve 15 181 votos (64,7%), elegendo quatro deputados, e a CDE 8128 votos (34,7%), não elegendo qualquer deputado.

A Comissão Democrática Eleitoral fará uma intensa campanha nos principais centros urbanos do distrito. A sede de Setúbal será na Rua Paulino de Oliveira,



Eleições: Observadores estrangeiros expulsos do país, *O Setubalense*, 25/10/1969

n.º 36-1.º andar, na Fonte Nova. A polícia política elabora relatórios regulares a dar conta desta atividade.

O jornal *O Setubalense*, beneficiando de alguma abertura da censura durante o período eleitoral, dará conta de um dos comícios da CDE na cidade. A sessão de propaganda eleitoral será realizada no dia 15 de outubro, no Casino Setubalense. Esta iniciativa será precedida de uma intensa campanha de agitação e mobilização por parte dos seus organizadores e terá uma enorme participação popular, como reconhece o próprio jornal, ao noticiar que «A assistência enchia por completo O Casino Setubalense».

Ainda segundo este periódico, o comício foi presidido pelo «sr. Eng.º Henrique Cabeçadas que era ladeado pelos Srs. dr. Costa Júlio, dr. Evaristo Gago, Dr. Paulino Gomes, Dr. Mário Moura, José Matos Cunha, Cândido Cunha e Manuel Cabanas. Como representante da autoridade esteve presente o sr. comandante distrital da PSP, capitão Arnaldo Diogo. Foram oradores os candidatos a deputados, srs. Álvaro Monteiro, Joaquim Palmeiro, dr. José António Tavares da Cruz e dr. José Malheiro da Silva e ainda os srs. Fernando Manuel Carlos, Daniel N. M. Conceição, Artílio Batista e Manuel Cabanas».

É ainda *O Setubalense* que nos dá conta de que o comício começou e terminou com a assistência a «cantar em coro o hino nacional». **[AAC]**



«Os oradores expuseram os seus pontos de vista, mantendo-se fiéis às afirmações feitas no manifesto que a Imprensa Diária publicou. Analisaram a vida política nacional, ocuparam-se da situação da administração pública, do problema ultramarino, acabando sempre por afirmar a necessidade de um regresso às instituições democráticas que permitiram ao povo expressar a sua vontade e as suas aspirações. Atacaram frontalmente a censura da imprensa, a existência da polícia política, etc.

Em dado momento foi lido um telegrama a expedir ao sr. Presidente do Conselho, pedindo a libertação dos presos políticos.

Pediu-se um minuto de silêncio pelos democratas caídos na defesa dos seus ideais.

Falando do ensino, apontaram as deficiências da nossa vida escolar.

Quanto ao Ultramar inverteram a tese do Governo, afirmando: a política da U.N. é a que leva forçosamente à perda dos nossos territórios ultramarinos e das nossas posições económica e cultural nas terras de além-mar. E em defesa da sua asserção, referiram-me ao que se passou quando De Gaulle deu a independência às colónias francesas, comparando-o com os resultados da invasão do nosso Estado da Índia. Além de que - afirmou-se - a Oposição não apresenta, de momento, qualquer solução para o problema, pois necessitando-se de um debate a nível nacional, debate em que todas as possíveis soluções têm de ser encarar, incluindo a da U.N.» (*O SETUBALENSE*, 1969, 18 de outubro).